

## Polêmica em torno do projeto para o Pátio Ferroviário chega ao MP

Rodrigo Pionente

COMPLEXO FERROVIÁRIO

## Arquiteto levanta polêmica e leva o projeto do Pátio ao MP

Denunciante aponta prejuízo ao patrimônio público, mas Prefeitura se defende

Os planos da Prefeitura de Campinas para revitalizar o Centro - que inclui o resgate urbanístico do Pátio Ferroviário de propriedade da União, uma área abandonada e degradada e que prejudica o desenvolvimento da cidade - nem bem saiu do papel e já desperta uma polêmica que chegou ao Ministério Público. O estopim da discórdia reside numa autorização do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc), que aprovou mudanças em resoluções que tratam do tombamento do complexo ferroviário. Essa decisão abriu caminho para a construção de projetos imobiliários residenciais e comerciais em uma área de 38 mil metros quadrados. O MP confirmou ontem que analisa um requerimento, recebido pela Promotoria de Habitação e Urbanismo de Campinas, que pede a anulação da liberação da área. O espaço, cerca de 12% da área total do Pátio Ferroviário, é um dos pilares do esforço da atual Administração para emplacar o início do tão esperado processo de revitalização.

## Prefeitura alega que decisão do Condepacc não afeta o patrimônio

O requerimento protocolado no MP é uma iniciativa do arquiteto e urbanista Antonio Carlos Gomes. A petição defende que as mudanças aprovadas pelo Condepacc podem desconfigurar o patrimônio arquitetônico do local e prejudicar a expansão de projetos ferroviários. A iniciativa do arquiteto já conta com mais de 135 assinaturas em uma plataforma de abaixo-assinado online. Entre as mudanças aprovadas pelo Condepacc, e que geraram o questionamento feito pelo arquiteto, está a que suprime os espaços vazios na área tombada e outra que trata do espaço tombado no subsolo, o sítio arqueológico. Ambos localizados na parte baixa do complexo, próxima a Avenida Sales de Oliveira.

O estudo que culminou com a revisão das resoluções realizadas pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Cultura foi um pedido da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) para a instalação de em-



Área do complexo ferroviário usada pela Emdec para recolhimento de veículos; projeto prevê empreendimentos imobiliários no local

preendimentos em 47 mil metros quadrados, área que foi reduzida para 38 mil metros quadrados com as aprovações feitas pelo Condepacc. A Emdec tem atualmente a permissão de uso da área, que pertence à União. O projeto foi desenvolvido em acordo com a Superintendência de Patrimônio da União (STU). São justamente essas alterações em resoluções de tombamento passadas que abrem caminho para a possibilidade do desenvolvimento de projetos imobiliários nesses 38 mil metros quadrados que estão sendo questionados na petição ao MP. O espaço em questão equivale a 12,36% da área total do Pátio Ferroviário, que é de 310 mil metros quadrados.

Segundo o requerimento enviado ao MP, ao rever a área de incidência de tombamento de bens históricos no Pátio Ferroviário, permitindo construções, o Condepacc "usurpa de seu poder de defesa e proteção do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental e um patrimônio público estratégico e tombado por ele mesmo".

O documento critica ainda o atual estado de deterioração dos imóveis antigos da ferrovia que existem no espaço e pede a anulação da liberação de parte do pátio para projetos urbanísticos, além da verificação da validade da constituição dos conselheiros e da sociedade civil presentes

à reunião do Condepacc em que a decisão foi tomada.

A prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, informou que não foi notificada sobre o requerimento que questiona a revisão de tombamentos no complexo ferroviário. A Administração disse ainda, por meio de assessora de imprensa, que está à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários.

**Câmara** Diante do imbróglio gerado a partir da aprovação das mudanças nas resoluções por parte do Condepacc, e que permitiram, entre outras coisas, a supressão das áreas de tombamento e a liberação de 38 mil metros quadrados no

Pátio Ferroviário para projetos imobiliários, o presidente da Comissão Permanente de Política Urbana, da Câmara de Vereadores de Campinas, Jorge Schneider (PL), convocou uma reunião on line para esclarecimentos.

A secretária de Cultura e Turismo, Alexandra Caprioli, que participou do evento explicou que o estudo levou em consideração um grande aparato técnico e que garantiu, entre outras coisas, dar segurança jurídica aos bens tombados no Pátio Ferroviário. "Não é o que tem sido dito. Não houve nenhum ato de 'destombamento'. Esse termo nem existe. Ocorreram análises feitas através da demanda da Emdec. Análise de todas as resoluções. Ao todo, o pá-

tio tem 46 bens tombados e que foram tomados individualmente. As alterações nas resoluções não significam mudança no tombamento, mas em parâmetros que regem a segurança jurídica que regem esse tombamento", disse. Segundo Caprioli, houve uma grande confusão. "Não foi analisado nenhum processo envolvendo a área da Estação Cultural. A área analisada é a parte de baixo. É a área que é usada administrativamente pela Emdec. E a área suprimida no tombamento foi devido ao entendimento do estudo realizado pelos técnicos da prefeitura, com base em documentos de cartório e fotos, de que não há o que ser preservado no sítio arqueológico em questão", disse.

O presidente da Emdec, Vinicius Riverete, voltou a afirmar que a cidade está diante de uma oportunidade muito grande de dar um passo para iniciar de fato uma reconfiguração da área central. "O patrimônio histórico é de extrema importância. E para preservar temos que dar uso a esse patrimônio. Essa área pertence ao governo federal, que não cuida. Tirando a área do Ceprocamp, da Estação Cultural e a linha férrea e o restante eles queriam vender. Então começamos as conversas do que seria importante para aquela área. Temos um projeto audacioso, que além de preservar o patrimônio em contrapartida, vai contribuir para a revitalização do centro", disse.

O vereador Jorge Schneider (PL), afirmou que ficou satisfeito com as explicações. "Aqui na Câmara não pode ficar nada nebuloso, a ideia foi esclarecer. E as explicações técnicas foram muito importantes. Queremos que o cidadão saiba que nós estamos buscando o progresso de Campinas e que as leis estão sendo cumpridas", disse.

Veículo: Impresso -&gt; Jornal -&gt; Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 6